

Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira

Professor

Department of Tourism of the State University of Rio de Janeiro (DTUR - UERJ)

Av. Lúcio Meira, 233. Várzea, Teresópolis (RJ) 25953-002

Rua Garibaldi n°66 ap 202. Tijuca, Rio de Janeiro (RJ) 20511-330

55 21 36488613

55 21 999688613

thp21@ig.com.br

PhD in Geography. Professor at Rio de Janeiro State University - Department of Tourism (DTUR – UERJ). Has experience in Geosciences and Humanities, acting on the following themes: conflicts of interest and public use in natural parks, landscape ecology, forest fragmentation, global functional indicators and leaf litter.

The Importance of Tourism as a Local Development Strategy in the Natural Parks of Prainha and Grumari – Rio de Janeiro – Brazil

Observing the history of the development of different human societies it is possible to note that there isn't only one point of view concerning nature-society relations, where several are the perceptions of different cultures and people with diverse ideologies, backgrounds and social conditions. The general objective of this work was to highlight how the effective development of Tourism, more specifically Ecotourism, Sun and Beach Tourism and Cultural Tourism, in two urban Natural Parks in Rio de Janeiro – Brazil, can be interpreted as a possible local development strategy, associating nature conservation with the empowerment of local communities, as well as allowing the economic sustainability of these parks. In this sense, through literature searches, fieldworks, interviews and questionnaires, it was revealed that both areas face significant pressures from urban expansion, thus presenting numerous conflicts of interest, which can be minimized through participatory planning and management based on greater dialogue between the various actors involved. Seeking actual maintenance of natural and cultural diversity in these parks and also in order to approximate the nature-society relations, ensuring the permanence of the local community, as well as biodiversity conservation, zoning proposals and community-based tourism projects were presented.

Keywords: Nature-Society Relations, Conflicts of Interest, Community-Based Tourism and Biodiversity.

A Importância do Turismo como Estratégia de desenvolvimento Local nos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari – Rio de Janeiro – Brasil

Ao observarmos a história do desenvolvimento das sociedades humanas é possível notar que não existe apenas um ponto de vista sobre a relação sociedade–natureza, onde diversas são as percepções das variadas culturas e indivíduos com diferentes ideologias, origens e condições sociais. O objetivo geral do presente trabalho foi destacar como o efetivo desenvolvimento do Turismo (Ecoturismo, do Turismo de Sol e Praia e do Turismo Cultural) em dois Parques Naturais na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, pode ser interpretado como uma possível estratégia de desenvolvimento local, consorciando a conservação da natureza com a geração de renda para as comunidades locais, permitindo também a sustentabilidade econômica desses parques. Nesse sentido, através de pesquisas bibliográficas, trabalhos de campo, entrevistas e questionários, foi possível perceber, que ambas as áreas sofrem diversas pressões decorrentes da expansão urbana e apresentam inúmeros conflitos de interesse, que podem ser minimizados através do planejamento e gestão participativa calcados no maior diálogo entre os diferentes atores. Buscando a real manutenção das diversidades natural e cultural nesses Parques e a aproximação na relação sociedade – natureza, garantindo a permanência da comunidade local e a conservação da biodiversidade, propostas de zoneamentos e projetos de turismo de base comunitária foram apresentados.

Palavras-Chave: Relação Sociedade-Natureza, Conflitos de Interesse, Turismo de Base Comunitária e Biodiversidade.

Introdução

Ao observarmos a história do desenvolvimento realizado pelas diferentes sociedades humanas, é possível notar que não existe apenas um ponto de vista no que concerne à relação sociedade – natureza, onde diversas são as percepções dos variados grupos, culturas e indivíduos com diferentes ideologias, origens e condições sociais. Dessa forma, as paisagens tornam-se dinâmicas, assim como a atuação dos múltiplos atores, que podem influenciar na estruturação, na funcionalidade e nas relações dos elementos presentes nos ecossistemas, além de gerar reflexos nas dinâmicas sociais.

Nas civilizações ocidentais, no geral, podemos perceber uma grande separação entre a sociedade e a natureza, onde, em princípio, a primeira possuiria (ou buscaria possuir) domínio sobre a segunda. Como exemplo, na Grécia antiga, a natureza não dominada era vista como lugar das forças selvagens e irracionais, contrastando, portanto, com a cultura racional das cidades (pólis grega). Nesse sentido, o mundo selvagem era interpretado como uma ameaça à cidade-estado (COLCHESTER, 2000). Ao longo da história da humanidade, essa idéia foi intensamente transmitida, onde podemos destacar o grande papel da religião cristã nos processos de colonização das terras descobertas e conquistadas nas Américas a partir do séc. XV, pois ao tentar catequizar os povos tradicionais, vistos como selvagens, acabou por disseminar essa visão para o novo mundo. A sociedade ocidental teria, dessa forma, um “destino manifesto” para dominar o “mundo selvagem” (DISILVESTRO, 1993).

Contudo, é importante destacar que, nesse mesmo mundo ocidental, também surgiram correntes de pensamento em contraposição a esse raciocínio, como no caso da corrente romântica, que defendia idéias como a do “nobre selvagem”, o qual era visto como um indivíduo sem pecados e como parte integrante de uma natureza pura, imaculada e ainda não transformada pelo homem civilizado (COLCHESTER, 2000).

Ao longo da história da evolução da ciência moderna, os paradigmas (racionalistas e empiristas) se alternaram como ondas com os períodos de sintagmas críticos (fenomenológicos), portanto, em momentos distintos, variados procedimentos e métodos foram adotados, como o indutivo, o dedutivo, o dialético e etc.; onde algumas correntes apresentaram maior preocupação referente à objetividade e à busca por leis gerais, enquanto outras apresentaram maior inclinação para a subjetividade e singularidade (HOEFLE, 1998). Esses pensamentos também possuíam diferentes visões e práticas em relação à natureza, a qual já foi vista como organismo, como máquina e como sistema. Nesse sentido, essa diversidade de percepções também possibilitou mudanças nas relações entre o Homem e a natureza (GOMES, 2000).

No geral, os paradigmas racionalistas enxergam a natureza como algo a ser utilizado, conquistado pelo Homem, o que acaba por gerar um maior distanciamento entre a sociedade e a natureza. Dessa forma, o pensamento racional poderia vir a ser considerado como o mais atuante, pois ao produzir conhecimento aplicável, seria capaz de realizar intervenções, apresentando, assim, grande papel no desenvolvimento do pensamento e da vida social. Já nos paradigmas empiristas e nos sintagmas fenomenológicos, a experiência individual possui importante papel e, talvez por isso, seja possível detectar uma relação mais próxima entre o Homem e natureza, apesar de as práticas e ações resultantes dos mesmos serem diferenciadas.

O sentimento de superioridade em relação ao senso comum (incluindo os saberes tradicionais), assim como sua desvalorização, são posições evidentes na busca pela diferenciação entre o que é e o que não é científico, realizada por Karl Popper (1973). Esse fato acaba por dificultar e, de certa forma, até mesmo impedir, possíveis avanços na ciência. Paul Feyerabend (1989) enxergou a separação entre ciência e não-ciência como algo artificial e nocivo para o avanço do conhecimento. Como isso, valorizou outras

formas de conhecimento, criticando, portanto, os próprios critérios dessa separação. Dessa maneira, buscou aceitar e valorizar o conceito de cultura, os saberes populares e tradicionais, aceitando então uma grande dose de subjetividade nesse processo. Sendo assim, o conhecimento ocidental não poderia ser visto como o único possível e verdadeiro, pois seria sempre relativo. Essas diferentes posturas também acabaram por influenciar a relação entre sociedade e natureza, onde na primeira tínhamos uma maior separação e, na segunda, uma situação mais harmônica.

As paisagens naturais têm sido alteradas pela ação humana desde os primeiros passos do homem na superfície terrestre. Principalmente na segunda metade do séc. XX, o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico (capitalista – urbano – industrial) passou a estar calcado na intensa utilização dos recursos naturais (por muitas vezes de forma indiscriminada e não planejada). Notamos então o surgimento de uma situação, que muitos denominam de crise ambiental, onde os problemas e impactos passaram a ocorrer em escala local, regional e global (PEREIRA, 2012).

Uma das principais formas, que as sociedades encontraram para lidar com o agravamento das questões ambientais, consiste na delimitação de áreas naturais protegidas. Essa prática tornou-se, de certa forma, comum ao longo do séc. XX, mas, na realidade, esse processo é bem mais antigo e já assumiu diferentes aspectos ao longo da história. Na Índia, 400 anos antes de Cristo, temos um forte fator religioso determinando “áreas sagradas” (florestas) com usos restritos. No Império Persa, na Ásia Menor, em 550 a.C., podemos notar o estabelecimento de áreas de reservas de caça; dentre muitos outros exemplos (DAVENPORT & RAO, 2002). Mas, o que importa é que, a delimitação de “áreas com usos restritos” é uma prática milenar, tendo apresentado diferentes objetivos e motivações, em distintos períodos e sociedades.

Sendo assim, quanto à noção de proteção, podemos notar três principais pensamentos diferenciados influenciando essa questão ao longo do processo histórico de delimitação de áreas protegidas. Em um primeiro momento, até o séc. XIX, tínhamos uma idéia gerencial de controle do espaço; no período seguinte, até a segunda metade do séc. XX, a idéia principal era a de “preservar” a paisagem como testemunho da natureza selvagem, como patrimônio coletivo; por fim, ao longo do séc. XX e no início do séc. XXI, notamos a idéia de proteger pensando nas gerações futuras (conceito de sustentabilidade), além das questões relativas à manutenção da biodiversidade (MEDEIROS, 2003).

Um ponto, que merece destaque, consiste no debate entre a visão preservacionista e a visão conservacionista, as quais apresentam importante papel norteador nos processos de delimitação de áreas protegidas no mundo contemporâneo. De forma geral, segundo a corrente preservacionista, os ambientes naturais deveriam ser preservados e utilizados apenas para a recreação, satisfazendo assim as necessidades humanas de contato com o mundo natural, todavia, ninguém deveria residir nessas áreas, que não poderiam ser exploradas, permanecendo, portanto, intocadas (REDFORD & STEARMAN, 1993). Em contraposição, segundo a corrente conservacionista, existe a possibilidade de conservação de ambientes naturais, conciliando essa ação com o desenvolvimento econômico e permanência das comunidades locais em suas áreas originais. Dessa maneira, seria possível a manutenção da biodiversidade, assim como a preservação dos hábitos e costumes culturais tradicionais dessas populações. Com isso, seria de suma importância escutar as necessidades e os interesses das populações locais, as quais deveriam possuir papel importante no processo decisório quanto às normas das áreas protegidas, pois esses indivíduos seriam os maiores interessados na conservação das mesmas – se o ambiente fosse mantido, suas práticas, costumes e simbologias, ou seja, sua cultura, também seria

conservada (“ética da conservação”) – além do fato de serem os mais próximos e os maiores conhecedores desses ambientes (COLCHESTER, 2000). Essas diferentes percepções em relação ao espaço e à natureza implicam em formas de atuação diferenciadas, mas é importante frisar que, como ponto comum, em ambos os casos existe uma preocupação em relação às gerações futuras.

Na maioria dos casos, em países em desenvolvimento, temos a adoção do modelo preservacionista na delimitação das áreas protegidas. Isso, por muitas vezes, implica na remoção das populações “tradicionais” de suas áreas originas, o que pode gerar intensos conflitos e graves conseqüências, tanto para a área em questão (que pode ter sua estrutura funcional quebrada), quanto para a nova área de destino (a qual também pode ser completamente desestruturada). O fato é que, os modelos podem ser gerais, mas deveriam ser adequados às especificidades das realidades sociais, culturais e econômicas locais.

Nas últimas décadas, a questão ambiental deixou de ser tratada apenas no âmbito governamental, ganhando grande relevância nos movimentos sociais que, dentre uma variada gama de temas, começaram a discutir também essa problemática. Com isso, a sociedade civil passou a ter um papel cada vez maior na luta pela proteção da natureza.

De qualquer forma, o importante é que, as questões abordadas sejam trabalhadas visando à busca por estratégias e ações efetivamente sustentáveis nas esferas econômica, social e ambiental, e que, nesse processo, as particularidades encontradas nas escalas local, regional e global também sejam levadas em consideração.

Nesse contexto, o objetivo geral do presente trabalho foi destacar como o efetivo desenvolvimento do Turismo, mais especificamente do Ecoturismo, do Turismo de Sol e Praia e do Turismo Histórico – Cultural, nos Parques Naturais Municipais da Prainha e Grumari - PNMP e PNMG (dois fragmentos florestais urbanos protegidos e conectados entre si), localizados no Maciço da Pedra Branca, na zona oeste da cidade do Rio de

Janeiro – Brasil, pode ser interpretado como uma possível estratégia de desenvolvimento local, ao consorciar a conservação da natureza com a geração de renda para as comunidades nativas e comerciantes existentes, além de também possibilitar a própria sustentabilidade econômica dos parques em questão.

Breves Reflexões Sobre o Tratamento da Questão Ambiental no Cenário Brasileiro

De maneira resumida, ao analisarmos a participação dos diferentes atores ao longo do processo de discussão e implementação da questão ambiental no Brasil, podemos notar que, no período entre 1930 e 1971, esse tema estava concentrado, essencialmente, nas mãos do Poder Público Federal; já no período entre 1972 e 1987, passamos a contar com a presença do Poder Público Federal, das agências regionais, das ONGs e das empresas privadas. Por fim, de 1988 até os dias atuais, foi possível perceber um grande aumento no número e nos tipos de atores como, o Poder Público (nas esferas Federal, Estadual e Municipal), as agências regionais, as empresas privadas, as ONGs, os movimentos populares e a sociedade civil em geral.

Dessa forma, fica evidente o gradual aumento da complexidade no tratamento da temática ambiental no cenário brasileiro. Nesse contexto, o maior envolvimento dos diversos atores sociais foi acompanhado pelo surgimento de novas demandas por parte da sociedade civil, as quais, por estarem calcadas na grande preocupação referente às questões ambientais, levaram à necessidade dos setores público e empresarial apresentarem novas respostas, que estivessem adequadas as “novas exigências dos consumidores” mais críticos. Esse fato possibilitou um maior desenvolvimento de políticas, planejamentos e legislações ambientais; de experiências de gestão de áreas protegidas e de recursos naturais, assim como um maior estímulo à criação de áreas

naturais protegidas, as quais, no Brasil, foram denominadas como “Unidades de Conservação” (UCs).

Vale destacar que, de acordo com a legislação brasileira, mais especificamente com base no chamado “Sistema Nacional de Unidades de Conservação” (SNUC - criado pelo Governo Federal através da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000), existem 12 categorias de UCs no país. Essas áreas protegidas podem ser oriundas de três esferas administrativas distintas: Federal, Estadual ou Municipal; e são diferenciadas, principalmente, por suas categorias de manejo, usos e propriedade e posse da terra. De maneira simplificada, podemos classificá-las em dois grandes grupos: as Unidades de Conservação de Uso Restrito, ou Proteção Integral (mais próximas ao modelo preservacionista) e as Unidades de Conservação de Usos Múltiplos (mais próximas ao modelo conservacionista).

Ao tratarmos a questão ambiental, principalmente em países em desenvolvimento, com altas taxas de degradação da natureza, devemos estar preparados para lidar com uma diversa gama de conflitos de ordem social, onde podemos destacar os conflitos fundiários. No Brasil, e em outras regiões do mundo, a delimitação de áreas naturais protegidas, acaba por funcionar como uma estratégia na luta frente à intensa degradação ambiental já presente nos ecossistemas. Sendo assim, podemos pressupor que diversas famílias habitam e utilizam essas áreas de inúmeras formas, e que, ao delimitarmos uma área de proteção seguindo o modelo preservacionista, torna-se necessária a remoção dessas pessoas, as quais, por sua vez, alegam ter o direito sobre a posse da terra por já viverem na região há várias gerações. Outro argumento é que, frente à grande degradação das áreas no entorno do local em questão, fica claro que o modo de manejo exercido por estas comunidades está em consonância com as condições naturais do ambiente. Em alguns casos, como os Massai (na África) e os Aborígenes (na Austrália), os ecossistemas,

manejados por milênios por estas comunidades, passaram a ser dependentes desse manejo para apresentarem uma funcionalidade considerada como “ótima”. Sendo assim, Homem e natureza acabaram por se fundir de forma harmoniosa.

Muitos dos conflitos podem terminar de forma trágica, com violência e, por vezes, com mortes. Com a intensificação das discussões ambientais em escala global, dos acordos e cooperações multilaterais, assim como das diversas organizações e corporações internacionais, essas questões passaram a ter grande papel na determinação e na gestão de áreas protegidas em todo o mundo. Com isso, uma nova gama de conflitos começou a surgir, onde decisões tomadas em escala global (ex: conferências internacionais, acordos multilaterais e exigências dos grandes órgãos financiadores externos), acabam por impactar, de forma local, diferentes partes do mundo. Comunidades, que talvez nem estejam “inseridas” no chamado “mundo globalizado”, ou seja, sem acesso aos meios de telecomunicação e, muitas vezes, sem informações quanto aos seus direitos como cidadãos, acabam passando por intensos processos de luta pela permanência em suas terras de origem (consequência de decisões e ações de pessoas que, em alguns casos, nunca estiveram na região em questão).

No geral, o modelo de criação de áreas protegidas adotado no Brasil foi, em parte, derivado da concepção preservacionista, mas de fato, o que podemos notar é que a realidade encontrada na maioria das UCs de uso restrito (ou proteção integral) existentes é bem diferente do que o proposto por essa corrente. “Pesquisas realizadas pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas - Nupaub - mostram que, em 39% do conjunto das unidades de conservação dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná, existem moradores. No Rio de Janeiro 73% delas têm moradores no seu interior, no Paraná, 20% e no Espírito Santo, 25%” (ARRUDA, 2000).

Essas pesquisas também mostram que aproximadamente 88% do entorno das unidades de proteção estudadas são ocupadas por populações tradicionais e não tradicionais, as quais, de alguma forma, se relacionam com essas unidades. A presença dessas comunidades, tanto no entorno, quanto no interior dessas áreas, tem tido como resultado grandes tensões e conflitos com as administrações (realizadas pelos governos Federal, Estadual ou Municipal – gestores das UCs) que, através da “criminalização” de atos e práticas tradicionais, como a pesca, caça, extração mineral e vegetal, agricultura, pecuária e etc., acusam essas comunidades de realizarem atos de degradação ou crimes ambientais (ARRUDA, 2000).

De qualquer forma, a delimitação de áreas protegidas deveria levar em conta as aspirações, os direitos e as necessidades das populações locais. Caso isso seja negligenciado, é possível o surgimento de problemas sociais, assim como ecológicos, sem solução, o que pode, em casos extremos, inviabilizar a existência dessas áreas em longo prazo (COLCHESTER, 2000).

Nesse cenário, as unidades de conservação abordadas apresentaram muitos dos conflitos e características acima ilustradas e, justamente por isso, torna-se necessária a busca por estratégias de desenvolvimento local, que abordem toda essa problemática em seus processos de construção.

Caracterização das Áreas de Estudo

No presente trabalho, foram analisadas duas áreas naturais protegidas com alta relevância no cenário ambiental brasileiro – o Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP) e o Parque Natural Municipal de Grumari (PNMG) – dois fragmentos florestais urbanos, inseridos no bioma Mata Atlântica, conectados entre si, protegidos pela

legislação brasileira e, que estão localizados no Maciço da Pedra Branca, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro – Brasil (Fig. 1).



Figura 1: Localização das áreas de estudo – PNMP e PNMG, (Fonte: Imagens orbitais de 2003, cedidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro – alteradas por Thiago Pereira).

Pela maior distância em relação ao centro de urbanização, no Maciço da Pedra Branca, ainda podemos notar paisagens características de espaços rurais no seu entorno, que, muitas vezes, ainda guardam registros das primeiras atividades econômicas desenvolvidas na região: roças, engenhos, pecuária, coleta de lenha e carvão para abastecimento da área urbana e para subsistência (FREITAS et. al, 2005). Ao longo dos anos, devido à ação antrópica, todo o maciço sofreu intenso processo de fragmentação florestal, o que gerou uma paisagem composta por um mosaico de áreas rurais (agricultura e pecuária), remanescentes florestais (em diferentes estágios de sucessão) e manchas de expansão urbana (crescimento muitas vezes ilegal e desordenado).

O PNMP representaria um modelo de concepção bem próximo ao da corrente preservacionista, sendo considerado como uma das áreas mais preservadas nesse mosaico (sua legislação e seus usos possibilitam esta situação). Já o PNMG, apesar de também ser uma UC de proteção integral (de acordo com sua lei de criação), na prática representa uma situação mais próxima ao pensamento conservacionista, apresentando questão fundiária ainda não resolvida e não regularizada, sendo altamente fragmentado, com áreas

de floresta, cultivo de banana, roças de subsistência, cultivo de mudas ornamentais, uso residencial e comercial, além de uma vasta gama de atores presentes, fatos que geram problemas significativos para a gestão.

Sendo assim, de maneira geral, no PNMP notamos uma área onde não existe nenhuma comunidade residente, ocorrendo apenas atividades de lazer e turística, assim como projetos de reflorestamento, enquanto no PNMG podemos encontrar uma comunidade residente (agricultores na interface planície-encosta), uma comunidade de pescadores (não residentes e instalados na faixa de areia), um horto florestal da prefeitura, além de diversos outros atores que, de maneira direta ou indireta, acabam por influenciar na dinâmica e nos rumos da área em questão.

Os interesses pela região parecem crescer cada vez mais por parte de diversos setores da sociedade (turismo, lazer, imobiliário, cinematográfico, ambiental e etc.), isso faz com que os impactos ambientais no entorno (e no interior) dessas áreas protegidas, como incêndios (muitas vezes criminosos) e construções irregulares (de alta e baixa renda), aumentem em frequência e intensidade. E, frente a todas essas mudanças, as comunidades locais buscam determinar as suas formas de inserção na sociedade, além de possibilidades e a garantias de permanência na área.

Dessa forma, os conflitos presentes e a materialização dos mesmos no espaço, acabam por gerar um cenário muito complexo. Compreender esses conflitos torna-se tarefa fundamental para a realização de uma efetiva gestão, o que poderá vir a garantir a manutenção da biodiversidade, assim como os direitos e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (especificamente no caso do PNMG). Nesse processo, o desenvolvimento do turismo de base local (ou turismo de base comunitária) pode desempenhar importante papel.

Processo de Coleta, Apresentação, Interpretação e Discussão dos Resultados

Estudos comparativos entre ambas as áreas abordadas foram realizados, mas deve ficar claro, que essas são áreas, as quais passaram por processos históricos de ocupação diferenciados, portanto, possuem significativas singularidades quanto à evolução de suas paisagens, quanto aos conflitos de interesses presentes, assim como quanto às possíveis propostas de ações e estratégias que possam contribuir para o desenvolvimento local nas respectivas UCs.

Para a análise da evolução do histórico de ocupação das duas áreas, foram realizadas entrevistas e levantamentos bibliográficos em documentos, jornais, plantas cadastrais, fotos aéreas e livros, assim como diversos trabalhos de campo. Para a interpretação dos conflitos de interesse, foram desenvolvidas entrevistas livres e também entrevistas pré-elaboradas, com questionários (fechados) preparados previamente, as quais foram realizadas com os principais atores existentes em cada UC, durante o ano de 2011. Esse tipo de metodologia de coleta de informações possibilita maior padronização no levantamento de dados, permitindo que os resultados sejam quantificados com maior facilidade, mas, principalmente, com maior confiabilidade, incluindo a produção de tabelas, matrizes, gráficos e mapeamentos (SILVERMAN, 2001).

Para tentar compreender com mais clareza os conflitos de interesses nas áreas estudadas, essas foram divididas em três compartimentos principais (faixa de areia, planície costeira / restinga e encosta), onde os atores foram então distribuídos de acordo com suas atuações e anseios. É importante frisar, que as ilustrações, referentes a essa espacialização, não podem ser classificadas como mapas, pois não foram destacados os sistemas de coordenadas geográficas; são apenas imagens, ou seja, ilustrações elaboradas com o intuito de facilitar a visualização das questões apresentadas.

Deve ficar claro que, ao utilizar o termo paisagem, a intenção foi abordar a paisagem geográfica, foco de estudo nessa pesquisa e interpretada como mosaico, abordagem pertinente à Ecologia da Paisagem. Também deve ficar evidente, que aqui foi apresentado apenas um panorama geral das principais questões que envolvem os interesses e ações de atores fundamentais na estruturação dos mosaicos dessas paisagens, os quais, de alguma forma, impactavam a gestão dessas unidades de conservação, apresentando reflexo direto na manutenção da biodiversidade local e também em suas dinâmicas sociais. Sendo assim, esse trabalho não se propôs a abarcar a totalidade das questões existentes, devendo ser interpretado apenas como um recorte de questões fundamentais.

Breve Histórico das Áreas de Estudo

As paisagens são dinâmicas, assim como a atuação dos variados atores, que podem influenciar na estruturação, na funcionalidade e nas relações dos elementos presentes no mosaico. Entender os processos históricos é fundamental para que possamos pensar em ações efetivas para a manutenção da biodiversidade em consórcio com as relações sociais existentes.

Em meados do séc. XVII todo o bairro de Grumari (e as áreas do entorno), pertencia a D. Victória (Correa) de Sá, que as recebeu como dote de seu pai Gonçalo Correa de Sá na ocasião de seu casamento. Após seu falecimento, em 1667, as terras passaram a pertencer aos monges Beneditinos, quando o sistema de uso do solo para a maior parte da área passou a ser baseado em arrendamento de parcelas, onde 25 arrendatários localizavam-se, principalmente, nas áreas de Grumari e da Prainha (SALVATERRA, 2011). Os Índios Tupis, que viviam na região, foram então influenciados pelo estilo de construção dos escravos africanos, sendo assim, passaram a

viver em casebres de “pau-a-pique”. As varas necessárias para essas construções (e também utilizadas para elaborar flechas e castigar escravos) eram provenientes da vegetação denominada por eles como Grumarim (*Esenbeckia rigida* - Rutaceae), de onde derivou o nome Grumari (SIQUEIRA, 1997).

Apesar da escassez de informações, ficou evidente que, ao longo do século XVIII, essas áreas, principalmente o atual PNMG, já apresentavam altas taxas de ocupação e produtividade, gerando grandes riquezas para os arrendatários. Já no século XX, as terras foram perdidas pelos Beneditinos para o Banco de Crédito Móvel (hipoteca), que passou a arrendar glebas (ENGEMANN, 2005). Até os anos de 1960, o êxodo rural deixou a área de Grumari com baixa densidade demográfica, situação bem diferente de seu período áureo de alta produtividade agrícola, com isso, a maior parte da infra-estrutura e serviços que existiam (como escola e correio) também acabaram por desaparecer.

Pela grande dificuldade de acesso, somente com a abertura da Av. Estado da Guanabara na década de 1970, é que as áreas da Prainha e Grumari passaram a ter maior visibilidade e a serem mais procuradas pelos banhistas e visitantes. Nesse contexto, surgiram novos proprietários de terras, que as adquiriram de antigos herdeiros do período anterior, assim como de posseiros mais recentes. Esses novos proprietários se tornaram importantes atores na configuração da paisagem, sendo figuras representativas nos conflitos de interesse encontrados nos dias atuais. Com a maior presença de frequentadores, muitos comerciantes também foram atraídos para a região.

No ano de 1985, o Governo Estadual estabeleceu o tombamento da região litorânea de Grumari e, no ano de 1986, o Governo Municipal transformou o bairro de Grumari em área de proteção ambiental (APA) (TCMRJ, 2005). Em 1990, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) da Prainha e, na segunda metade da década de 1990, foram iniciadas as obras de urbanização da orla de ambas as áreas. O Parque Ecológico da

Prainha foi criado em 1999 (mas só foi efetivamente implementado no final de 2001), enquanto o Parque Natural Municipal de Grumari (PNMG) surgiu em 2001, ambos através de Decretos Municipais. Em 2003, também por meio de Decreto Municipal, o Parque da Prainha foi renomeado, passando a ser denominado Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP). É importante frisar, que toda essa área (PNMP e PNMG) está inserida no Parque Estadual da Pedra Branca e que, por terem sido transformadas em Parques Naturais Municipais, as possibilidades de uso se tornaram muito mais restritas, pois, em tese, de acordo com os critérios estipulados pelo SNUC (2000), essas passaram a ser unidades de conservação de proteção integral (PEREIRA, 2012).

Atores, Conflitos, Ameaças no Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP)

A complexidade do “mosaico de interesses” presente no PNMP pôde ser interpretada como consequência da presença de diversos atores com diferentes visões e anseios, os quais atuavam de forma direta ou indireta no funcionamento e gestão dessa UC. Seus mecanismos e práticas nem sempre foram compatíveis, o que permitiu a geração de conflitos, os quais representaram ameaças à manutenção da biodiversidade. Mas, vale frisar, que essa diversidade de percepções também poderia vir a ser interpretada como uma situação potencial para a busca por soluções conjuntas para problemas comuns.

Nesse cenário, foi possível destacar importantes atores como, os órgãos e instituições governamentais, a indústria hoteleira, a indústria televisiva e cinematográfica, os especuladores imobiliários e as construtoras, as ONGs, a Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (ASAP), os comerciantes e os frequentadores (locais e turistas). A figura 2 ilustra a distribuição desses atores nos diferentes compartimentos da paisagem do PNMP, assim como os gráficos relativos aos conflitos de interesse e aos valores médios encontrados na quantificação dos mesmos.

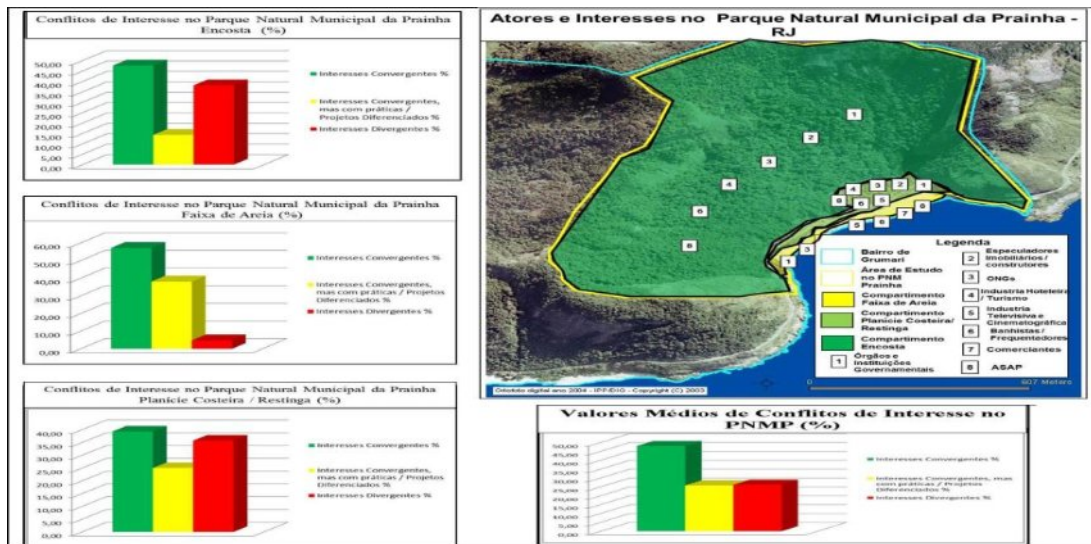


Figura 2. Distribuição dos atores nos compartimentos da paisagem do PNMP e gráficos relativos aos conflitos de interesse, em 2011 (Fonte: Imagem Orbital de 2003, cedida pela prefeitura do Rio de Janeiro – alterada por Thiago Pereira).

Alguns atores não possuíam interesses ou práticas em todos os compartimentos da paisagem destacados nesse trabalho, sendo assim, no intuito de exemplificar alguns casos representativos dos conflitos existentes, que possibilitaram práticas, as quais podem configurar ameaças à integridade dos ecossistemas existentes, além de impedir o efetivo desenvolvimento local, um recorte com questões fundamentais foi apresentado.

Apesar da alta representatividade do PNMP no município, alguns problemas para seu efetivo funcionamento e manutenção puderam ser destacados. Devido à baixa disponibilidade de recursos financeiros públicos para manutenção de UCs no município do Rio de Janeiro, a própria sustentabilidade econômica do parque foi questionada. Outros problemas, de ordem técnica, estavam associados à dificuldade na comunicação (não possuíam telefone fixo, fax, nem internet e o sinal de celular e rádio eram ruins), ao fato da energia ser gerada por painel solar (não sendo suficiente para o funcionamento de todo o instrumental presente), à baixa disponibilidade de efetivo do Grupamento de Defesa Ambiental (GDA) e à falta de veículo para patrulhamento. Esse contexto gerou

uma situação de isolamento da área, o que dificultava e, por vezes impedia, a realização efetiva do trabalho de gestão, possibilitando, mesmo que de forma indireta, oportunidades para realização de ações impactantes, não compatíveis com a legislação vigente.

Pelas dimensões reduzidas da área (126,30 ha), no PNMP, não existia espaço físico para a instalação de um grande número de estabelecimentos comerciais, dessa forma, apenas três foram contabilizados (um restaurante e dois quiosques, além dos comerciantes informais na faixa de areia), os quais, de maneira geral, eram capazes de suprir as necessidades dos freqüentadores e turistas.

Como propostas apresentadas para minimizar as problemáticas existentes, foram destacadas a criação de dois portais, um na entrada da Av. Estado da Guanabara pela Prainha e outro na entrada por Grumari, o que possibilitaria um maior efeito visual na delimitação da área dos parques, podendo vir a influenciar na postura e nas práticas desenvolvidas pelos visitantes. Outras idéias seriam a implementação de transportes alternativos para circulação no interior das unidades de conservação (veículos particulares seriam proibidos), a determinação de horário de funcionamento, a cobrança de entrada, o aumento do efetivo do GDA e a melhoria dos sistemas de comunicação na sede do PNMP. O estímulo ao desenvolvimento de parcerias com as universidades também poderia ser importante ferramenta no processo de gestão, pois as informações fornecidas permitiriam maior embasamento nos processos de tomada de decisão.

Atores, Conflitos e Ameaças no Parque Natural Municipal de Grumari (PNMG)

Durante o período de existência do parque (pelo menos no papel), podemos notar a presença de intensos conflitos de interesse entre os diversos atores que atuam no local como, o poder público, a comunidade de moradores e agricultores, os proprietários fundiários, os comerciantes, as produtoras cinematográficas e televisivas, os

freqüentadores, a Associação de Surfistas e Amigos de Grumari (ASAG), a Associação Naturista do Abricó, a colônia de pescadores, os especuladores imobiliários e a indústria hoteleira. A escassez de recursos financeiros, a falta de pessoal qualificado, a subutilização da infra-estrutura, a questão fundiária não resolvida, as pressões do setor imobiliário e hoteleiro (mais intensa no atual momento, que antecede eventos de grande porte como a Copa do Mundo da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016), a falta de efetivo do GDA, dentre outros, também se apresentaram como fatores limitantes ao real funcionamento da UC.

A origem dos principais conflitos existentes refere-se justamente às divergências de interesses e visões quanto às possibilidades de uso do solo na área (fruto da questão fundiária não resolvida). Mas, outro ponto fundamental, que segundo os entrevistados também justificaria a existência desses conflitos, seria a inconstância e, por vezes, a total ausência de fiscalização e atuação do poder público nessa área, o que acabou por permitir a realização de práticas incompatíveis com a legislação vigente. Por terem realizado essas práticas por um longo período, diversos atores passaram a perceber esses atos como “corretos”, situação que gerou inúmeros confrontos com a gestão do parque.

Outra questão relevante foi o fato de Grumari nunca ter deixado de ser habitada. Na atualidade, notamos a presença de uma comunidade residente no interior do parque, a qual alegou ser descendente dos antigos habitantes do Grumari, alguns ainda do tempo dos arrendatários dos Beneditinos (mas registros não foram apresentados). Nessa comunidade, que é representada pela Associação de Moradores e Agricultores do Grumari, existiam aproximadamente 230 moradores distribuídos em 52 casas. O cultivo de mudas ornamentais foi destacado como a principal atividade econômica realizada, seguido pela participação no projeto “Mutirão – Reflorestamento”, que era gerenciado pelo Poder Municipal (uma pequena minoria informou que trabalhava fora de Grumari).

Muitos dos entrevistados classificaram-se como “comunidade tradicional” (buscando a permanência na área), mas ao observarmos algumas das definições sobre “comunidade tradicional”, como as apresentadas por Icihi (1987)¹, e por Arruda (2000)², foi possível notar, que essa comunidade, no geral, não apresentava as características essenciais para ser classificada como tal (não possui língua, práticas nem hábitos particulares, além de estar intensamente inserida na dinâmica econômica do entorno), sendo assim, poderia ser vista apenas como uma comunidade “nativa” ou “local”, com longo tempo de permanência na área. De qualquer forma, esse grupo destacou-se como ator de grande importância devido à forte influência que possuía na formação do mosaico da paisagem do PNMG, assim como no efetivo funcionamento desse parque.

Nesse sentido, por desenvolver práticas como, o plantio de mudas ornamentais (exóticas e com expansão de áreas de cultivo), a expansão e construção de residências, o comércio ilegal de lotes, além do simples fato de residir na área, estava envolvida nos principais conflitos de interesse encontrados. De acordo com a visão do Poder Público, essas eram atividades altamente impactantes e incompatíveis com a categoria Parque Natural Municipal, pois geravam fragmentação, destruição e alteração de habitats naturais, além de problemas de ordem social. Sendo assim, um maior diálogo entre esses atores foi destacado como ponto fundamental na busca pela resolução dessa problemática. A figura 3 ilustra a distribuição dos principais atores nos diferentes compartimentos da paisagem no PNMG, assim como os gráficos relativos aos conflitos de interesse e aos valores médios encontrados na quantificação dos mesmos.

Apesar de ter possibilitado o congelamento da paisagem, a criação do PNMG esteve associada a um momento político, e não a uma real possibilidade de criação de uma unidade de conservação. A ausência de um zoneamento claro e factível permitiu o desenvolvimento de práticas danosas, que foram justificadas pela inexistência de

regulamentação mais precisa sobre as possibilidades de uso do solo nessa área. Dessa maneira, os esforços realizados nessa pesquisa foram direcionados principalmente para uma possível alteração do cenário apresentado para o PNMG, visando à redução dos conflitos existentes através da associação de práticas e atividades humanas com a manutenção dos ecossistemas locais.

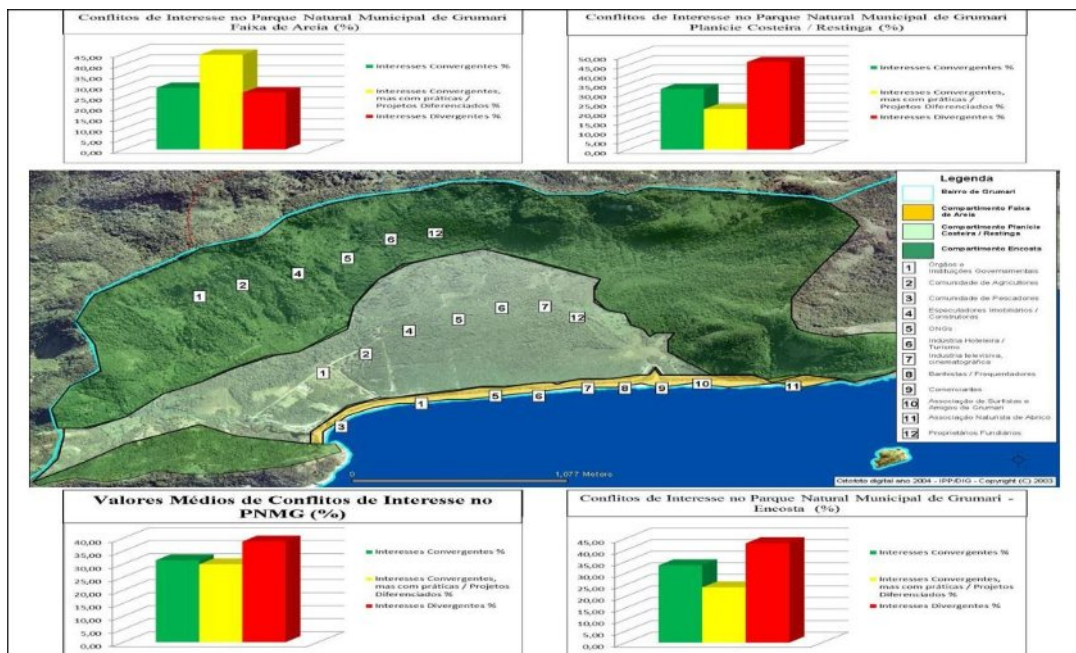


Figura 3. Distribuição dos atores nos diferentes compartimentos da paisagem no PNMGP e gráficos relativos aos conflitos de interesse, em 2011 (Fonte: Imagem Orbital de 2003, cedida pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – alterada por Thiago Pereira).

De acordo com legislação brasileira (SNUC, 2000), UCs da categoria Parque Nacional (o PNMGP é equivalente a esta categoria) são territórios sob o domínio do poder público, não sendo permitida a presença de residentes em seu interior. Temos então uma contradição: baseado na lei, o território é do município do Rio de Janeiro, mas na prática é dos residentes da comunidade, que imprimem suas marcas na paisagem. De qualquer forma, a resolução de todos os conflitos e problemas apresentados estaria associada à resolução das questões fundiárias no Parque Natural Municipal de Grumari.

Por trabalhar com distribuição de elementos e fenômenos no espaço, o processo de zoneamento é essencialmente geográfico, onde a interpretação da paisagem como mosaico (composto por uma matriz, fragmentos e corredores) pode ser importante ferramenta fornecida pela Ecologia da Paisagem. Todavia, o pensamento vigente quanto aos elementos do mosaico, na maioria dos casos, interpreta a matriz como antrópica e os corredores e manchas como ecossistemas naturais.

No caso específico de Grumari, além da quebra do cientificismo e abertura do pensamento proposta por Chrétien (1994), o que possibilitaria a valorização de conhecimentos do senso comum (FEYERABEND, 1989), talvez também fosse apropriado realizar uma inversão de pensamento no que se refere aos elementos do mosaico. Dessa maneira, a matriz poderia ser interpretada como a área composta por elementos naturais e os corredores e manchas serem referentes às áreas utilizadas por sociedades humanas. Esse pensamento embasou a proposta, elaborada nesse trabalho, de criação de uma espécie de “ilha”, um fragmento de ocupação humana dentro de um “mar” (matriz) de ecossistemas naturais, o que implicaria diretamente na alteração da categoria Parque Natural Municipal para APA nas áreas propostas para ocupação, locais que já apresentavam alto grau de degradação, destacados em marrom e laranja na figura 4.

Propostas e Sugestões para os Parques Abordados: O Turismo como possível estratégia de desenvolvimento local

O turismo faz com que os bens naturais e culturais se tornem atrativos e objetos do fenômeno, onde, em princípio, não haveria desgaste sistemático ou consumação total (ANDRADE, 2004). O potencial turístico é formado pelos recursos turísticos, que são “todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade do homem, e dos meios com

que conta, tornam possível a atividade turística e satisfazem às necessidades da demanda” (OMT, 2001).



Figura 4. Proposta de zoneamento desenvolvida para o momento da realização da pesquisa no PNMG (2011), com base no roteiro metodológico INEA (2010) (Fonte: Imagem cedida pela SMAC-RJ, 2010 - alterada por Thiago Pereira).

Em ambas as áreas estudadas, diversos atores (ex: ONGs, comerciantes, comunidade de Grumari, pescadores, Poder Público, proprietários fundiários e etc.) percebiam a atividade turística, mais especificamente o ecoturismo, como uma alternativa para unir desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Mas, de fato, em muitos casos no Brasil e no mundo, a receita gerada com essa atividade permanece apenas nos setores superiores da economia formal (ex: agências de turismo, hotéis, restaurantes e etc.), não chegando, portanto, às mãos das comunidades locais que, por muitas vezes, desenvolvem apenas atividades informais como o artesanato. Caso esse seja realmente o projeto adotado, devemos pensar em formas de inserção efetiva dessas comunidades nesse fenômeno turístico, onde o recurso paisagem, que ainda configurava-se basicamente como potencial, poderia então ser transformado em produto, processo no qual a comunidade deveria ter papel fundamental. Sendo assim, a idéia de “turismo de base comunitária” poderia fornecer uma estrutura metodológica adequada para o desenvolvimento de uma atividade que promova justiça social.

“Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos” (MALDONADO, 2009). Nesse sentido, no caso específico das áreas naturais protegidas com presença de moradores, as populações locais não deveriam ser vistas como inimigos, e sim como parceiros ou beneficiários da conservação, o que possibilitaria o desenvolvimento de políticas mais justas e economias equilibradas (WESTERN, 1999).

Especificamente em relação ao ecoturismo, esse poderia promover a geração de emprego, pois diversas das atividades que se enquadram nessa classificação, por vezes, não podem ser auto-guiadas, ou seja, requerem orientação de profissional habilitado, assim como a existência de normas de segurança continuamente aperfeiçoadas, dessa maneira, surgiria um nicho de mercado de trabalho, que poderia ser ocupado pelas comunidades locais (PREFEITURA, 2008). Todavia, é preciso estar atento para a necessidade de realização de planejamento e acompanhamento efetivo da atividade, pois, em muitos casos, o ecoturismo pode levar ao risco do turismo predatório, gerando significativos impactos nos ambientes naturais.

No caso do PNMP, por não apresentar nenhuma comunidade residente em seu interior (toda a área pertence ao governo municipal, que a adquiriu em 1999 através de permuta com o antigo proprietário), não seria necessário o desenvolvimento do turismo calcado no conceito de turismo de base comunitária, mas sim um maior esforço para estimular a estruturação de uma consistente oferta de possibilidades no que concerne ao ecoturismo como, melhor sinalização nas trilhas, maior disponibilidade de guias (monitores ambientais) e a busca por formas de minimizar os conflitos de interesse existentes.

Já no caso do PNMG, muitas foram as sugestões e propostas de trabalhos interativos entre a comunidade e a administração do parque, as quais visavam à substituição da produção de mudas ornamentais, com a garantia de manutenção da renda para as famílias. Nesse sentido, podemos destacar algumas idéias apresentadas pelos moradores como, o desenvolvimento de projetos de piscicultura e a utilização da mão-de-obra local como “guardiões do parque” (com vínculo empregatício formal), ou como guias turísticos (ecoturismo), mas é importante frisar, que para que pudessem assumir essa função, seria necessário ofertar cursos de capacitação, assim como cursos de línguas estrangeiras, visando, dessa forma, uma real preparação dos moradores para melhor receberem os turistas e visitantes. Também foram apresentadas a propostas de construção de uma estrutura adequada (na orla) para venda de produtos artesanais produzidos pela comunidade, além da construção de um galpão de reciclagem e a formação de uma cooperativa, que trabalharia com o material coletado na praia e com resíduos sólidos produzidos no interior da própria comunidade. Outras sugestões interessantes seriam o desenvolvimento de uma padaria comunitária e a garantia de que as atividades de comércio e fiscalização de estacionamentos (na orla) fossem controladas pelos moradores. Alguns desses projetos seriam viáveis e pertinentes, enquanto outros seriam impraticáveis devido às restrições impostas pela legislação vigente, como no caso da piscicultura, atividade não compatível com a categoria Parque Natural segundo o SNUC (2000).

Em relação à comunidade de pescadores, vale destacar, que essa já vinha diversificando suas atividades, onde a realização de passeios turísticos para visitação das ilhas existentes na região já era uma ação desenvolvida pela mesma.

Quanto ao chamado Turismo Histórico – Cultural, diversas ruínas (igreja, correio, escolas, casa grande, armazém e etc.), referentes ao período de grande produtividade das fazendas localizadas em Grumari nos séc. XVIII e XIX, ainda podiam ser encontradas

nessa área, assim como inúmeros artefatos históricos (ferramentas, louças, grilhões e até ossos humanos). Algumas dessas antigas construções ainda eram utilizadas como residências, enquanto outras estavam abandonadas. Seria fundamental a realização de um estudo profundo no âmbito da arqueologia, que possibilitasse um resgate mais detalhado do processo histórico de ocupação da área. O levantamento das lendas e histórias locais também poderia ser importante ferramenta neste processo.

O Turismo de Sol e Praia apresentou-se como uma das principais vocações em ambos os parques, o que poderia ser relacionado ao fato de possuírem uma paisagem essencialmente composta por elementos naturais, onde a proximidade entre a praia e as montanhas, ainda cobertas por florestas tropicais, resulta em enorme beleza cênica, tornando-se uma alternativa as praias urbanas mais famosas e já muito visitadas, as quais estão localizadas na zona sul da cidade como, Copacabana, Leblon e Ipanema (mundialmente conhecidas). Vale destacar, que no momento da realização da pesquisa, esse segmento turístico já era o principal responsável por atrair os turistas para esse dois parques, apesar de não possuírem estrutura e serviços adequados a crescente demanda. Poderíamos citar ainda o fato de ambas as áreas possuírem incidência de ondas com alta qualidade para a prática do surfe ao longo de todo o ano, além da existência da Praia do Abricó (em Grumari), a qual é oficialmente a única área para prática do naturismo no estado. No caso específico do PNMP, a importância do papel que a praia exerce no turismo ficou evidente com a obtenção, em 2012, do selo “Bandeira Azul” (Blue Flag), o qual é internacionalmente valorizado e que poderá vir a ter um significativo papel na atração de um maior número de turistas (mais exigentes quanto à qualidade dos serviços oferecidos).

Notamos, portanto, a existência de potenciais benefícios que poderiam surgir com um maior desenvolvimento e estruturação do turismo nessas áreas como, a possibilidade

de novas vagas de emprego para os moradores da comunidade e do entorno, o estímulo à promoção da educação ambiental e a uma maior conscientização e participação em relação a essa temática, além da própria geração de receita para as unidades de conservação em questão (o que poderia ser fundamental para a realização de um manejo mais eficiente por parte dos gestores).

Porém, com base em uma postura crítica, devemos estar atentos para o fato da atividade turística nesses parques também poder vir a gerar impactos negativos. Segundo WESTERN (1999) “um número grande de amantes da natureza é atraído a um lugar recentemente descoberto, para depois de um tempo abandoná-lo, já deteriorado”. Com isso, podem surgir problemas como, a degradação do meio ambiente, mudanças drásticas nas questões socioculturais, assim como injustiças econômicas para as comunidades locais, questões essas que poderiam ser interpretadas como custos potenciais (BOO,1999).

Conclusão

No bioma Mata Atlântica, muito fragmentado e com alta diversidade de ecossistemas, são necessários modos de manejos que possibilitem a sustentabilidade dos fragmentos remanescentes, assim como a geração de renda para as populações locais associada a preservação dessas áreas florestais (PEREIRA, 2005). Essa situação induz a uma participação mais direta da sociedade nos processos decisórios relativos ao uso dos fragmentos, onde uma gestão participativa se faz essencial. Os conhecimentos locais devem ser mais valorizados, pois, na maioria das vezes, são justamente os manejos tradicionais realizados nessas áreas, que foram os maiores responsáveis pela manutenção de um bom estado de funcionalidade dos ecossistemas.

A sociedade civil deveria participar de forma direta e em conjunto com as instituições governamentais (os conselhos consultivos poderiam ser importantes instrumentos para trocas de experiências e busca por soluções comuns). Dessa forma, teríamos um maior engajamento nos processos de tomada de decisão, o que poderia se refletir na efetiva manutenção da biodiversidade, mas também na realização dos interesses e práticas das sociedades e comunidades locais e do entorno, as quais passariam a se sentir e a se interpretar como parte integrante do processo.

É Fundamental, que estejamos abertos para as diferentes simbologias, visões, práticas e sentimentos em relação às áreas utilizadas no fenômeno turístico. Sendo assim, torna-se necessária uma maior abertura do dito pensamento científico moderno ocidental frente a outras formas de conhecimento, buscando assim minimizar o alto grau de cientificismo existente no mundo contemporâneo (PEPPER, 1996; MERCHANT, 2005).

De qualquer maneira, a gestão participativa de áreas protegidas, que possuam residentes no seu interior (comunidades tradicionais ou não), ou que apresentem grande diversidade de agentes envolvidos, é primordial, pois, assim, teremos maiores chances de desenvolver modos de manejo, que possam garantir práticas efetivamente sustentáveis, gerando desenvolvimento econômico, social e conservação ambiental, suprimindo as necessidades das gerações atuais, sem comprometer o meio ambiente, nem as necessidades das gerações futuras. Para que isto seja feito, é muito importante estar aberto para as diferentes visões e percepções em relação às áreas estudadas, assim como buscar os melhores caminhos para cada situação específica.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, J. V. 2004. *Turismo: fundamentos e dimensões*. Ed. Ática, São Paulo.

ARRUDA, R. S. V. 2000. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A.C. (Org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: ed. Annablume, p.273-290.

BOO, H. O, 1999. Planejamento Ecoturístico para Áreas Protegidas. *Ecoturismo um Guia para Planejamento e Gestão* orgs. LINDEBERG. K & HAWKINS, D. E. 2ed Ed. Senac, São Paulo.

CHRÉTIEN, C. 1994. *A Ciência em Ação*. São Paulo, Papirus Editora.

COLCHESTER, M. 2000. Resgatando a Natureza: Comunidades tradicionais e Áreas Protegidas. In: DIEGUES, A.C. (Org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: ed. Annablume, p.225-256.

DAVENPORT, L. e RAO, M. 2002. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: Spergel, B. e Terborgh, J. (Orgs). *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba. Ed. Da UFPR/ Fundação O Boticário. 518p.

DISILVESTRO, R.L. 1993. *Reclaiming the Last Wild Places: a new agenda for biodiversity*. Nova York. Ed. John Wiley & Sons.

ENGEMANN, C; SILVEIRA, A.M.R; OLIVEIRA, R.R. 2005. Magalhães Corrêa, o viajante do século XX. In: *As marcas do Homem na Floresta*. Org. OLIVEIRA, R. R. ed. PUC-rio. Rio de Janeiro.

FEYERABEND, P. 1989. *Contra o Método*. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves.

FREITAS, M. M.; CASTANHEIRA, M.V.S; FINGERL, F.R. 2005. A influência dos remanescentes agro-pastoris do maciço da Pedra Branca na dinâmica hidrológica das encostas. In: *As marcas do Homem na Floresta*. Org. OLIVEIRA, R. R. ed. PUC-rio. Rio de Janeiro.

GOMES, P.C.C. 2000. *Geografia e Modernidade*. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HOEFLE, S.W. 1998. Cultura na história do pensamento científico. *Revista de Pós-Graduação em Geografia* – UFRJ. 2: 6-29. Rio de Janeiro.

ICHIH; KHAN, S.A.; TALAL, H.B. 1987. *Indigenous Peoples: A Global Quest for Justice : A Report for the Independent Commission on International Humanitarian Issues*. ed. Zed Books, 208p.

INEA. 2010. (2011, July 23). *Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo: Parques Estaduais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas* Retrieved from http://issuu.com/karynabahiense/docs/inea_final.

MALDONADO, C. 2009. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características, e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

MEDEIROS, R. A 2003. *Proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais*. Tese de Doutorado, IGEO/UFRJ, Rio de Janeiro, 392p.

MERCHANT, C. 2005. *Radical Ecology: The search for a livable world*. 2°ed Routledge: new York and London.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. 2001. *Introdução ao Turismo*. Ed. Roca, São Paulo.

PEPPER, D. 1996. *Modern Environmentalism*, 2° ed. Routledge, New York..

PEREIRA, T.F.P.D. 2012. *Conflitos Sócio-Ambientais nos Parques Naturais Municipais da Prainha e Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências – IGEO, Rio de Janeiro.

POPPER, K. 1973. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo, Pensamento-Cultrix (1° Edição, 1959).

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2008. *Ecoturismo: Estudos e Propostas para o Rio de Janeiro*. Secretaria Especial de Turismo.

REDFORD, K.H. & STEARMAN, A.M. 1993. On Common Ground? Response to Alcorn. In: *Conservation Biology*, 7(2):427-428.

SALVATERRA, M. C. J. 2011. (2011, July 31). Anotações sobre a ocupação de Grumari / Guaratiba no século XVIII - Ensaio de Genalogia. In: *Revista Eletrônica João do Rio*, Ano 9 - Número 49, Junho / Julho de 2011. Retrieved from <http://www.joaodorio.com>

SILVERMAN, D. 2001. *Interpreting Qualitative Data: Methods For Analysing Talk, Text and Interaction*. 2º ed, SAGE Publications, London. 324p.

SIQUEIRA, F.A. 1997. *Os Mistérios do Grumari*. 2ed. Rio de Janeiro.

SNUC. 2000. (2010, May 12). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Presidência da República. Sub-chefia para assuntos jurídicos. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm

TCMRJ. 2005. (2011, August 16). *Auditoria Operacional em Unidades de Conservação*. Retrieved from http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/2143/Rel_UC_parte1.pdf

WESTERN, D. 1999. Definindo Ecoturismo. In: *Ecoturismo um Guia para Planejamento e Gestão* orgs. LINDEBERG. K & HAWKINS, D. E., 2ed Ed. Senac, São Paulo.

- 1- Grupos étnicos distintos, com identidade diferenciada da nacional; através dos recursos naturais retiram sua subsistência e são considerados como minorias políticas (ICHI, 1987)
- 2- Comunidades que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo

impacto, derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável” (ARRUDA, 2000).